

**Análise de desempenho econômico-financeiro das empresas componentes do Ibovespa:
um comparativo entre os anos de 2007 e 2011**

Ariany Pena de Souza
Universidade Federal de Uberlândia

Denise Mendes da Silva
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar se a adoção do padrão contábil internacional impactou a análise de desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras nos anos de 2007 e 2011. Para isso, foram analisadas as empresas brasileiras com ações componentes do Índice Ibovespa referente a setembro-dezembro/2012. A amostra foi constituída por 53 empresas, agrupadas em 11 setores. Foram analisados sete índices (Dependência Financeira; Endividamento; Imobilização dos Capitais Permanentes; Liquidez Geral; Liquidez Corrente; Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido) e dois componentes (Ativo Permanente e Lucro Líquido) a partir das demonstrações contábeis dos anos de 2007 e 2011. Os dados foram submetidos ao teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov, que apontou que os mesmos não seguem uma distribuição normal. Diante disto, utilizou-se o teste não paramétrico de diferença de médias para duas amostras emparelhadas (teste de Wilcoxon) ao nível de significância de 0,05. Os resultados demonstraram que as médias dos índices Imobilização dos Capitais Permanentes, Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 2007 são estatisticamente diferentes de 2011, a um nível de significância de 0,05. Não foram encontradas diferenças significativas entre as médias dos demais índices, bem como dos componentes investigados para os anos de 2007 e 2011. Tais resultados são indícios de que a análise do desempenho econômico-financeiro das empresas no Brasil pode ter sido impactada pela adoção das normas internacionais de contabilidade no período analisado.

Palavras-chave: Análise das Demonstrações Contábeis. Convergência. IFRS.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2005 foi criado no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vistas à convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais de relatórios financeiros (IFRS – *International Financial Reporting Standards*). Em 13 de julho de 2007 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Instrução nº 457/07 que obrigou as companhias de capital aberto a apresentar as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2010 no padrão contábil internacional. Após a aprovação da Lei nº 11.638, em 28 de dezembro de 2007, o Brasil ficou inserido de forma definitiva no processo de convergência contábil internacional (MARIA JÚNIOR *et al.*, 2012).

As empresas passaram a fazer a contabilidade de acordo com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, estes ratificados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por órgãos governamentais e reguladores. Em março de 2013 eram mais de 40 Pronunciamentos Técnicos vigentes. O novo padrão contábil brasileiro provocou mudanças nas formas de avaliação e mensuração de ativos e passivos, bem como na composição dos grupos patrimoniais e de resultado. A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) deixou de ser obrigatória, dando espaço para a exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Essas e outras mudanças impactaram significativamente as informações contábeis evidenciadas pelas empresas e, conseqüentemente, a análise econômico-financeira baseada nessas informações. A análise das demonstrações contábeis é um importante instrumento para os negócios, sendo uma forma de avaliação dos aspectos econômicos e financeiros das empresas. Essa análise, feita por meio de índices contábeis, auxilia no processo decisório das organizações (BRAGA, NOSSA e MARQUES, 2004). Os índices contábeis estabelecem relações entre duas grandezas e a apreciação de percentuais encontrados a partir de certas relações é mais significativa do que a avaliação realizada através de um montante (MARION, 2009).

Nesse contexto surge a necessidade de novos estudos empíricos para a investigação sobre a influência do novo padrão contábil na análise do desempenho econômico-financeiro revelado pelas empresas brasileiras, por meio de suas demonstrações contábeis. Desse modo, o presente estudo deseja responder à seguinte questão: a adoção do padrão contábil internacional impactou a análise de desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras nos anos de 2007 e 2011?

O objetivo geral do estudo é investigar se a adoção do padrão contábil internacional impactou a análise de desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras nos anos de 2007 e 2011. Para isso, são analisadas as empresas brasileiras com maior volume de negociação na BM&FBOVESPA, ou seja, as empresas com ações componentes do Índice Ibovespa referente ao período de setembro-dezembro/2012.

A análise é realizada analogamente aos estudos de Klann, Beuren e Hein (2009), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Martins e Paulo (2010) e Braga *et al* (2011), por meio de sete índices econômico-financeiros, sendo três de endividamento (Dependência Financeira, Endividamento e Imobilização dos Recursos Permanentes), dois de liquidez (Liquidez Geral e Liquidez Corrente) e dois de rentabilidade (Retorno Sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido). Os índices são calculados em dois momentos: referentes às demonstrações contábeis do ano de 2007 (antes da convergência ao padrão contábil internacional) e do ano de 2011 (após a convergência ao padrão contábil internacional e último ano com demonstrações contábeis disponíveis para todas as empresas no momento de execução desta pesquisa). O intuito desse recorte temporal é justamente verificar se houve alteração nos índices após a adoção do padrão contábil internacional no Brasil.

Estudos nesse sentido têm fornecido evidências empíricas acerca do impacto causado pela adoção do padrão contábil internacional na análise do desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras (BARBOSA NETO, DIAS e PINHEIRO, 2009; MARTINS e PAULO, 2010; BRAGA *et al.*, 2011; MARIA JÚNIOR *et al.*, 2012). Assim, a realização desse trabalho se justifica por contribuir com a continuidade das pesquisas relacionadas ao tema, na tentativa de auxiliar os usuários das informações contábeis na tomada de decisões.

O trabalho está dividido em cinco seções, incluindo-se esta introdução. Na sequência apresenta-se a revisão da literatura, seguida dos aspectos metodológicos e da apresentação e análise dos resultados, encerrando-se com as considerações finais acerca do tema abordado.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O novo padrão contábil brasileiro

De acordo com Sanches (2008, p. 29) desde a aprovação da Lei das Sociedades Anônimas, em 1976, não havia tido alteração tão importante nas regras contábeis brasileiras como a ocorrida por meio da Lei nº 11.638/2007, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008. Conforme o autor, “entre os objetivos dessa nova Lei, além de alterar artigos da Lei nº 6.404/1976 para atualizá-la ao novo mundo de negócios global, deve ser ressaltado o de providenciar maior transparência às atividades empresariais brasileiras”.

A Lei 11.638/2007 promoveu várias alterações na Contabilidade brasileira. Para Sanches (2008, p. 29) alguns dos principais avanços em termos de práticas contábeis foram os seguintes:

- a) Adoção da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR);
- b) Criação da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, destinada ao registro da contrapartida dos ajustes de determinados ativos e passivos a valores de mercado, inclusive os referentes a instrumentos financeiros;
- c) Criação do grupo do Ativo Intangível;
- d) Análise periódica compulsória da recuperação dos valores registrados no Imobilizado e Intangível;
- e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos de longo prazo;
- f) Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- g) Segregação entre escrituração mercantil e tributária;
- h) Eliminação da reserva de reavaliação;
- i) Saldos a valor de mercado no caso de: fusões, cisões ou incorporações.

A Lei 11.941/2009 determinou, também, a eliminação das influências da Legislação Tributária nas atividades de elaboração das demonstrações financeiras, de forma que essas sejam preparadas essencialmente segundo os princípios da contabilidade e a realidade econômica dos fatos ocorridos. Eventuais alterações oriundas da legislação tributária ou legislações especiais deverão ser mantidas em livros auxiliares.

Sanches (2008) afirma que, como todas as leis, faz-se necessário um esforço grande dos agentes envolvidos de forma direta para que os seus objetivos sejam atingidos. Esses agentes são compostos, principalmente, pelos profissionais da área contábil, responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; pelos auditores, com a responsabilidade de examiná-las; pelos administradores, com a responsabilidade de adequar suas empresas e pelo público usuário dessas informações, que deve cobrar qualidade e transparência.

O CPC tem como principal objetivo a convergência da contabilidade do Brasil aos padrões internacionais. No ano de 2008, o CPC havia emitido um pronunciamento conceitual e quatorze pronunciamentos técnicos, de acordo com as deliberações da CVM (BRAGA *et*

al., 2011). Dando continuidade ao processo de convergência, a CVM, por meio da Instrução nº 457/07, estabeleceu que até o exercício findo em 2010 as companhias abertas deveriam apresentar suas demonstrações contábeis consolidadas adotando as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (BARBOSA NETO, DIAS e PINHEIRO, 2009).

Nesse contexto, faz-se necessário identificar os impactos da convergência às normas internacionais na informação contábil das empresas brasileiras. O presente estudo propõe analisar os reflexos dessa convergência no que tange à análise do desempenho econômico-financeiro das empresas, por meio do cálculo de índices contábeis, antes e após o período de adoção das IFRS.

2.2 A análise das demonstrações contábeis

Iudicibus (2009, p. 4) define que a “função da Contabilidade permanece praticamente inalterada através dos tempos, ou seja, prover informação útil para a tomada de decisões econômicas”. De acordo com Azeredo, Souza e Machado (2009, p. 118) “uma das técnicas utilizadas pela contabilidade no estudo da evolução patrimonial das empresas é a análise das demonstrações contábeis, a qual se vale de indicadores do desempenho econômico-financeiro das empresas”. Os autores acrescentam, ainda, que essa análise começou a se desenvolver e a crescer por volta do ano de 1890, no sistema bancário norte-americano.

No Brasil, o processo de disseminação da análise das demonstrações contábeis ocorreu na década de 1970, com a instituição de uma central de análise das demonstrações para os bancos comerciais (MATARAZZO, 2010). Conforme Camargos e Barbosa (2005, p. 103) uma técnica que observa as demonstrações contábeis como fonte de dados e informações é a análise de índices econômico-financeiros, a qual possibilita a identificação do desempenho econômico e financeiro da empresa por intermédio da compilação de índices e da evolução histórica de dados.

Dessa forma, “Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa” (MATARAZZO, 2010, p. 81). Segundo Marion (2009) os índices contábeis são resultados ou quocientes dos cálculos realizados entre duas grandezas. Após o cálculo, os índices deverão ser interpretados para identificar se são favoráveis ou não.

Para Matarazzo (2010), o processo da análise das demonstrações contábeis, sob o aspecto do raciocínio científico é realizado em quatro etapas: extração de índices das demonstrações contábeis; comparação dos índices com os padrões; ponderação das diferentes informações e conclusão; tomada de decisão. Acrescenta que os índices visam fornecer uma visão ampla da situação econômico-financeira da empresa e que a técnica de extração de índices adquiriu embasamento e é comprovadamente útil. Bortoluzzi *et al.* (2011, p. 201) ressaltam que “a técnica de análise das demonstrações contábeis é uma forma de avaliar o desempenho econômico-financeiro, com o objetivo de apresentar aos gestores das organizações, informações que auxiliem no processo de tomada de decisão”.

A análise das demonstrações contábeis tem sido alvo de estudos no Brasil, conforme pode ser visto na sequência. Mais recentemente, com a adoção das normas internacionais de contabilidade, alguns estudiosos dedicaram-se a verificar o impacto de tais normas na análise econômico-financeira das empresas.

Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) fizeram um estudo acerca da importância da harmonização contábil para a redução da assimetria informacional, bem como das dificuldades que a convergência aos padrões IFRS trouxe aos usuários. O objetivo do artigo foi analisar a interferência da divulgação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais nos indicadores econômico-financeiros de 6 empresas brasileiras de

capital aberto que apresentaram as demonstrações contábeis do ano de 2008 no padrão contábil brasileiro e em IFRS. Os autores concluíram que existem divergências entre o padrão contábil brasileiro e internacional na apuração dos índices econômico-financeiros, porém essas diferenças não são significativas, destacando que não há assimetria de informação nas empresas estudadas.

O trabalho de Martins e Paulo (2010) analisou o reflexo da convergência contábil nos índices de desempenho de 13 empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, no período de 2007 a 2009 e identificou que a adoção dos IFRS foi refletida nos índices analisados, com variações positivas e negativas. Foram observadas variações positivas nos indicadores de dependência financeira, de endividamento, de retorno sobre o ativo e de retorno sobre o patrimônio líquido, e variações negativas sobre os indicadores de imobilização dos recursos permanentes, de liquidez geral e de liquidez corrente.

Nesta linha, Braga *et al.* (2011) desenvolveram um estudo com 75 empresas listadas na BM&FBOVESPA, comparando os índices econômico-financeiros calculados a partir da apresentação das demonstrações contábeis referente ao ano de 2007 e com a reapresentação, devido à adoção das normas internacionais e às alterações promovidas pela Lei 11.638/2007. Evidenciaram que ocorreu uma alteração significativa somente no índice de endividamento apurado a partir da reapresentação das demonstrações referentes a 2007, já os demais índices estudados não mostraram diferenças significativas.

Maria Júnior *et al.* (2012) analisaram a reação dos índices econômico-financeiros de 151 empresas listadas na BM&FBOVESPA com a convergência contábil às normas internacionais, avaliando observações trimestrais dos períodos compreendidos entre 2003 e 2010. Apuraram alterações significativas no comportamento da maioria dos índices econômico-financeiros calculados, exceto o índice de liquidez corrente.

Os estudos mencionados analisaram o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade sobre os índices econômico-financeiros, comparando o comportamento destes antes e depois da convergência. O presente artigo pretende contribuir com pesquisas nessa área, apurando os índices econômico-financeiros das demonstrações contábeis de empresas brasileiras a partir de um recorte temporal, a fim de que seja possível verificar as alterações de desempenho, com base nas informações contábeis, após a convergência às normas internacionais.

Em linha com os trabalhos elencados apresenta-se a seguinte hipótese:

H₁: existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos indicadores de desempenho calculados com base nas demonstrações contábeis do ano de 2007 (antes da convergência) e as médias dos indicadores de desempenho calculados com base nas demonstrações contábeis do ano de 2011 (após a convergência). Desse modo, a hipótese nula (**H₀**) seria de que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos indicadores de desempenho dos dois anos analisados.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Procedimentos de coleta de dados

A amostra foi constituída, inicialmente, por 64 empresas brasileiras de capital aberto com maior volume de negociação na BM&FBOVESPA, ou seja, as empresas com ações componentes do Índice Ibovespa referente ao período de setembro-dezembro/2012. Tal amostra foi escolhida por englobar empresas de diferentes setores, no intuito de captar as possíveis alterações nos indicadores de desempenho, ocasionadas pela adoção do padrão contábil internacional.

Dessa amostra inicial foram excluídas as empresas do subsetor “intermediários financeiros” (sete empresas), pelas particularidades de suas atividades, o que poderia prejudicar a comparabilidade das análises. No intuito de estabelecer um painel de dados equilibrado, para efeitos deste estudo, foram consideradas as empresas com ações componentes do Ibovespa que apresentaram demonstrações contábeis no ano de 2007 (antes da convergência) e no ano de 2011 (após a convergência). Portanto, quatro empresas que não apresentaram tal situação foram excluídas da amostra, o que a reduziu para 53 empresas de 11 setores conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Empresas componentes da amostra

Consumo não Básico	Telecomunicações	Financeiro e Outros	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Bens Industriais	Diversos
BRF JBS Marfrig	Oi Telef Brasil Tim Part S/A	BR Malls Par Redecard	OGX Petróleo Petrobras	Embraer	Localiza
Materiais Básicos	Construção e Transporte	Utilidade Pública	Consumo não Cíclico	Consumo Cíclico	
Duratex Fibria Klabin Suzano Papel MMX Miner Vale Braskem Gerdau Gerdau Met Sid Nacional Usiminas	Brookfield Cyrela Realty Gafisa MRV PDG Realt Rossi Resid All AmerLat CCR Gol LLX Log	Sabesp Cemig Cesp Copel CPFL Eletrobras Eletropaulo Light S/A TranPaulist	Ambev P.Açúcar-Cbd Souza Cruz Natura V-Agro Hypermarcas Dasa	B2W Varejo Lojas Americanas Lojas Renner Cia Hering	

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa.

O ano de 2007 foi selecionado por anteceder todo o processo de convergência às normas internacionais, eliminando, dessa maneira, qualquer efeito desse fator sobre as demonstrações contábeis. Já 2011 corresponde ao segundo ano de plena adoção dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC. Trabalhos mencionados anteriormente compararam períodos de transição (2007, 2008, 2009, 2010) e o intuito aqui é comparar um período totalmente anterior à adoção do padrão contábil internacional com o ano mais atual de sua adoção no momento desta pesquisa. Entretanto, considerações acerca dos resultados encontrados devem ser feitas com cautela, visto que o mercado sofre influências de diversos fatores (econômicos, políticos etc.) locais e globais, os quais podem impactar o desempenho das empresas.

No *site* da BM&FBOVESPA foram coletadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas Consolidadas dos dois anos em questão, extraindo-se, assim, os dados necessários para montagem de um banco de dados. Em seguida foram calculados os índices econômico-financeiros referentes aos anos de 2007 e 2011, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2: Índices econômico-financeiros

Índice	Descrição	Resultado	Fórmula
Dependência Financeira	Representar qual a participação dos recursos de terceiros no montante investido nos ativos da empresa.	Revelar a dependência da empresa com relação a suas exigibilidades totais.	$\frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}}$
Endividamento	Mostrar quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$1 de capital próprio aplicado.	Representar a relação entre o capital de terceiros (curto e longo prazos) e o capital próprio.	$\frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Imobilização dos Capitais Permanentes*	Identificar o nível de imobilização dos recursos permanentes (longo prazo) da empresa.	Revelar o percentual dos recursos permanentes (longo prazo) que está financiando os ativos permanentes.	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo prazo}}$
Liquidez Geral*	Indicar o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo para cada \$1 que a empresa mantém de dívida.	Evidenciar a liquidez, tanto a curto como a longo prazo.	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Liquidez Corrente	Indicar o quanto existe de ativo circulante para cada \$1 de dívida a curto prazo.	Apresentar a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Retorno sobre o Ativo	Processar a avaliação do desempenho por meio do retorno do ativo total.	Promover importantes informações adicionais sobre a evolução da situação econômica da empresa.	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Medir para cada \$1 investido, o retorno líquido do acionista.	Fornecer o ganho percentual auferido pelos proprietários.	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: adaptado de Assaf Neto (2010).

Notas: * Para estes indicadores, a convergência ao padrão contábil internacional alterou a nomenclatura e / ou a estrutura patrimonial. A nomenclatura 'Ativo Permanente' deixou de existir e os itens considerados em 2011 para cálculo do índice de imobilização dos capitais permanentes são: Investimentos, Imobilizado e Intangível. A nomenclatura 'Exigível a Longo Prazo' foi alterada para 'Passivo Não Circulante'.

Para a análise econômico-financeira das empresas, neste estudo, foram selecionados três indicadores de endividamento (dependência financeira, endividamento e imobilização dos recursos permanentes), dois de liquidez (liquidez geral e liquidez corrente) e dois de rentabilidade (retorno sobre o ativo e retorno sobre o patrimônio líquido). A justificativa para tal escolha é o fato de que esses índices foram investigados em pesquisas anteriores, realizadas por Klann, Beuren e Hein (2009), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Martins e Paulo (2010). No presente trabalho pretende-se continuar analisando os referidos índices, porém em um recorte de tempo antes e depois da convergência ao IFRS.

3.2 Procedimentos de análise dos dados

Para cada uma das 53 empresas, foram analisados sete índices econômico-financeiros, somando 371 observações em cada ano (2007 e 2011), perfazendo um total de 742 observações. Os dados foram submetidos ao teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov, que apontou que os mesmos não seguem uma distribuição normal. Diante disso utilizou-se o

teste não paramétrico de diferença de médias para duas amostras emparelhadas (teste de Wilcoxon) ao nível de significância de 0,05.

As variáveis foram nomeadas conforme descrição abaixo, para os dois anos:

DEP = Dependência Financeira;

END = Endividamento;

IMOB = Imobilização dos Capitais Permanentes;

LG = Liquidez Geral;

LC = Liquidez Corrente;

ROA = Retorno sobre o Ativo;

ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido;

AP = Ativo Permanente (Investimentos, Imobilizado e Intangível);

LL = Lucro Líquido.

Os métodos estatísticos foram aplicados analogamente ao estudo realizado por Braga *et al.* (2011).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas dos indicadores econômico-financeiros calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício de 2007, ou seja, antes da convergência às normas internacionais.

Tabela 1: Estatísticas descritivas dos indicadores antes da convergência

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
DEP2007	53	0,24	0,96	0,58	0,15
END2007	53	0,31	24,82	2,27	3,89
IMOB2007	53	0,01	1,31	0,66	0,28
LG2007	53	0,24	3,76	0,99	0,67
LC2007	53	0,49	4,51	1,72	0,86
ROA2007	53	-0,07	0,48	0,08	0,08
ROE2007	53	-0,12	1,35	0,21	0,25

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas dos indicadores econômico-financeiros calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício de 2011, ou seja, após a convergência às normas internacionais.

Tabela 2: Estatísticas descritivas dos indicadores após a convergência

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
DEP2011	53	0,34	0,95	0,60	0,15
END2011	53	0,51	17,27	2,30	2,84
IMOB2011	53	0,00	0,97	0,58	0,28
LG2011	53	0,20	2,17	0,92	0,42
LC2011	53	0,47	7,75	1,77	1,07
ROA2011	53	-0,10	0,38	0,05	0,08
ROE2011	53	-0,36	0,89	0,13	0,23

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

A partir dos dados contidos nas Tabelas 1 e 2 pode-se verificar que não há, aparentemente, mudanças significativas nas medidas estatísticas dos indicadores. Para melhor compreensão e análise das estatísticas descritivas, as 53 empresas foram alocadas em seus respectivos setores, conforme classificação da BM&FBOVESPA, totalizando 11 setores.

Em seguida, calculou-se a média dos indicadores abordados neste artigo, para cada setor. A Tabela 3 apresenta os dados referentes aos índices antes do processo de convergência.

Tabela 3 – Média dos indicadores por setor antes da convergência

Setor	DEP	END	IMOB	LG	LC	ROA	ROE
Bens Industriais	0,66	1,98	0,32	1,21	1,72	0,04	0,12
Consumo Não Básico	0,62	1,72	0,61	1,00	1,81	0,02	0,04
Consumo Não Cíclico	0,57	1,37	0,72	0,90	1,24	0,09	0,22
Construção e Transporte	0,50	1,16	0,33	1,79	2,64	0,10	0,21
Consumo Cíclico	0,74	5,98	0,64	1,05	1,36	0,05	0,22
Diversos	0,73	2,68	1,31	0,28	0,49	0,09	0,32
Financeiro e Outros	0,66	12,70	0,55	0,89	2,29	0,01	0,65
Materiais Básicos	0,62	1,99	0,75	0,66	1,94	0,09	0,24
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,49	0,96	0,86	0,89	1,13	0,05	0,09
Telecomunicações	0,53	1,19	0,84	0,80	1,10	0,06	0,13
Utilidade Pública	0,52	1,38	0,77	0,70	1,29	0,08	0,19

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 4 apresenta os dados referentes aos índices após o processo de convergência.

Tabela 4 – Média dos indicadores por setor após a convergência

Setor	DEP	END	IMOB	LG	LC	ROA	ROE
Bens Industriais	0,66	1,95	0,38	1,13	1,82	0,01	0,03
Consumo Não Básico	0,65	2,92	0,69	0,77	1,51	0,00	-0,05
Consumo Não Cíclico	0,55	1,46	0,66	0,95	1,64	0,11	0,25
Construção e Transporte	0,69	2,34	0,35	1,09	1,67	0,01	0,02
Consumo Cíclico	0,66	4,39	0,39	1,29	2,06	0,10	0,28
Diversos	0,72	2,58	0,88	0,41	1,45	0,07	0,26
Financeiro e Outros	0,74	9,20	0,60	0,62	0,96	0,04	0,48
Materiais Básicos	0,58	1,87	0,69	0,72	2,22	0,03	0,08
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,42	0,72	0,69	0,90	4,76	0,01	0,02
Telecomunicações	0,48	1,10	0,65	1,02	1,19	0,05	0,10
Utilidade Pública	0,57	1,55	0,63	0,89	1,13	0,06	0,15

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

A análise das Tabelas 3 e 4 permite que sejam destacados os seguintes fatos:

a) Dependência Financeira (DEP): por meio da análise das médias dos indicadores de 2007 e 2011, todos os setores demonstraram que os Ativos das empresas não são financiados somente por recursos de terceiros.

b) Endividamento (END): esse indicador revela o quanto a empresa tem de capital de terceiros (curto e longo prazo) para cada \$ 1 de capital próprio. O setor Financeiro e Outros se destaca com os mais altos índices de endividamento, o que é justificável, pela atividade econômica exercida.

c) Imobilização dos Capitais Permanentes (IMOB): com exceção do Setor Diversos (2007), o qual tem a Localiza como única empresa, todos os outros setores demonstraram que os recursos não correntes das empresas superaram o valor aplicado no Ativo Permanente, nos anos de 2007 e 2011, o que evidencia que essas instituições possuem Capital Circulante Líquido positivo, ou seja, parte dos recursos de terceiros de longo prazo é destinada ao Ativo Circulante.

d) Liquidez Geral (LG): esse indicador revela a capacidade que as empresas têm de pagar as suas dívidas de curto prazo, o quanto existe de direitos e haveres no Ativo Circulante e no Realizável a Longo Prazo para cada \$1 que a empresa mantém de dívida. Nota-se que a média de todos os setores, nos anos de 2007 e 2011, apresentou valor abaixo de 2,0.

e) Liquidez Corrente (LC): por meio desse índice é indicado o quanto existe de Ativo Circulante para cada \$1 de dívida a curto prazo. Após a análise por meio de médias, verificou-se que apenas dois setores não atingiram o valor de 1,0 para esse indicador, sendo eles: Setor Diversos, no ano de 2007 e o Setor Financeiro e Outros, no ano de 2011. Salienta-se que o Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis apresentou, para esse índice, média no valor de 4,76 (2011).

f) Retorno sobre o Ativo (ROA): por meio desse índice é possível analisar o desempenho (lucro) sobre o Ativo total. Constatou-se, por meio das médias, que os setores apresentaram valores entre 1% (Setor Financeiro e Outros) e 10% (Setor Construção e Transporte), para o ano de 2007. Em relação ao ano de 2011, apurou-se o valor de 0% (Setor Consumo não Básico) a 11% (Setor Consumo não Cíclico).

g) Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE): relativo a esse indicador, encontrou-se em 2007, médias entre 4% (Setor Consumo não Básico) e 65% (Setor Financeiro e Outros). Em 2011, constatou-se média entre -5% (Setor Consumo não Básico) e 48% (Setor Financeiro e Outros). Revela-se, por meio desse índice, o retorno líquido do acionista para cada \$1 investido. Observou-se, de forma geral, uma queda nas médias desse índice do ano de 2007 para 2011, o que pode ser possivelmente explicado pela crise financeira internacional de 2008.

Após as análises descritivas buscou-se investigar se as diferenças encontradas entre os indicadores de 2007 e 2011 são estatisticamente significativas. A Tabela 5 apresenta o resultado do teste não-paramétrico de diferença de médias (teste de Wilcoxon) para amostras emparelhadas para cada um dos indicadores, com nível de significância de 0,05. Interpreta-se a decisão de “Rejeitar H_0 ” como indicativo de existência de diferença significativa entre o indicador calculado para as demonstrações contábeis de 2007 e para as demonstrações contábeis de 2011, enquanto que a decisão de “Não Rejeitar H_0 ”, pode ser analisada como indicativo de inexistência de diferença significativa entre o indicador calculado para as demonstrações contábeis de 2007 e para as demonstrações contábeis de 2011.

Destacaram-se os indicadores: Imobilização dos Capitais Permanentes, Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido, conforme Tabela 5. Com isso, há indícios de que, a um nível de significância de 0,05, a média dos indicadores Imobilização dos Capitais Permanentes, Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido, oriundos das demonstrações contábeis de 2007 para a amostra de 53 empresas é, estatisticamente, diferente da média desses indicadores, oriundos das demonstrações contábeis de 2011 para as mesmas empresas. Dessa forma, para esses indicadores, a Hipótese H_0 foi rejeitada ao nível de significância estabelecido.

Tabela 5: Diferenças de médias dos indicadores

	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
DEP2011 - DEP2007	-1,210	0,226
END2011 - END2007	-0,724	0,469
IMOB2011 - IMOB2007	-2,714	0,007
LG2011 - LG2007	-0,449	0,653
LC2011 - LC2007	-0,066	0,947
ROA2011 - ROA2007	-2,872	0,004
ROE2011 - ROE2007	-2,888	0,004

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

O resultado do teste para os indicadores de Dependência Financeira, Endividamento, Liquidez Geral e Liquidez Corrente não demonstrou diferença estatisticamente significativa, o que leva a não rejeição da hipótese nula (H_0). Com isso, há indícios de que, a um nível de significância de 0,05, a média desses indicadores, oriundos das demonstrações contábeis de 2007, não é estatisticamente diferente da média dos mesmos indicadores, oriundos das demonstrações contábeis de 2011.

A fim de investigar as causas das diferenças encontradas entre os indicadores Imobilização dos Capitais Permanentes, Retorno sobre o Ativo e Retorno e sobre o Patrimônio Líquido, foi realizada a análise de alguns componentes retirados das demonstrações contábeis dos exercícios de 2007 e 2011, conforme as Tabelas 6 e 7, respectivamente.

A Tabela 6 apresenta as estatísticas descritivas do componente patrimonial e de resultado antes da convergência.

Tabela 6: Estatísticas descritivas dos componentes patrimoniais e de resultado antes da convergência

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
AP2007	53	11.125,00	155.831.197,00	11.696.263,25	27.194.411,82
LL2007	53 -	165.032,00	21.511.789,00	1.474.487,53	3.957.796,98

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 7 apresenta as estatísticas descritivas do componente patrimonial e de resultado após a convergência.

Tabela 7: Estatísticas descritivas dos componentes patrimoniais e de resultado após a convergência

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
AP2011	53	17.782,00	436.798.982,00	22.175.432,19	64.137.429,66
LL2011	53 -	944.868,00	37.813.723,00	2.138.788,15	6.870.142,99

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

A análise foi realizada com base em dois componentes, um patrimonial e outro de resultado. A escolha de tais componentes justifica-se pelo fato de que os ajustes ocasionados pela adoção das normas internacionais refletiram, principalmente, nos grupos de contas do Ativo Permanente (atual Ativo Não Circulante), tais como as contas do Imobilizado, Diferido e Intangível, e em contas de resultado, impactando o Lucro Líquido e, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido. Pelas estatísticas descritivas observa-se um aumento nas médias dos respectivos componentes do ano de 2007 para o ano de 2011 e alto desvio padrão para ambos.

Desse modo, aplicou-se, também para esses componentes, o teste não-paramétrico de diferença de médias para amostras emparelhadas, com base em um nível de significância de 0,05, conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8: Diferenças de médias dos componentes

	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
AP2011 - AP2007	-1,683	0,092
LL2011 - LL2007	-0,374	0,708

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

No que diz respeito ao Ativo Permanente, observa-se um aumento da média de 2007 em relação à média de 2011 de, aproximadamente, 53% e, no que tange ao Lucro Líquido, um aumento da média de, aproximadamente, 70% nesse mesmo recorte temporal. Porém, percebeu-se que, mesmo tendo ocorrido aumentos volumosos em tais médias, ao aplicar o teste, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa, de acordo com a Tabela 8.

Ao comparar os resultados do presente trabalho com a pesquisa desenvolvida por Braga *et al* (2011), nota-se que os resultados obtidos não foram semelhantes. No artigo de Braga *et al* (2011) o único índice que sofreu alteração estatisticamente significativa com a adoção das IFRS foi o índice de endividamento, enquanto que neste estudo, houve diferença significativa para os indicadores Imobilização dos Capitais Permanentes, Retorno sobre o Ativo e Retorno e sobre o Patrimônio Líquido. Entretanto, tal comparação deve ser feita com cautela, já que os dois estudos referem-se a amostras e períodos diferentes.

Confrontando os resultados encontrados neste artigo com a pesquisa realizada por Martins e Paulo (2010) verificam-se conclusões distintas. Martins e Paulo (2010) observaram que a adoção das IFRS proporcionou variações positivas nos indicadores de Dependência Financeira, de Endividamento, de Retorno sobre o Ativo e de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, e de variações negativas sobre os indicadores de Imobilização dos Recursos Permanentes, de Liquidez Geral e de Liquidez Corrente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida com o intuito de contribuir com evidências empíricas acerca do impacto causado pela adoção do padrão contábil internacional na análise do desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras.

Este estudo apresenta algumas limitações, tais como: a amostra, não aleatória, se restringe às empresas componentes do Ibovespa e, conseqüentemente, os resultados também; o período escolhido abrange um salto temporal, do ano de 2007 para o ano de 2011, quando os números contábeis podem ter sido impactados por outras variáveis não inclusas nas análises estatísticas.

Salienta-se que, apesar da análise ter sido realizada em empresas diferentes, com recortes temporais distintos, divergindo de outros estudos realizados, foram encontrados indícios daquilo que pesquisas anteriores já apontavam sobre o tema, ou seja, que os índices econômico-financeiros das empresas brasileiras podem ter sido afetados pela adoção das normas internacionais de contabilidade. Sobre as alterações que ocorreram nos índices, de 2007 para 2011, a convergência pode ser considerada como um fator causador, no entanto, vários outros motivos podem ter influenciado também, tais como: crises, mudanças no mercado, política etc.

Sugere-se para pesquisas futuras a realização da análise econômico-financeira em um dos setores citados neste trabalho, no período antes e após a adoção das IFRS, por meio de

uma quantidade maior de índices, a fim de acrescentar novas evidências ao tema abordado. Outro estudo que poderia ser desenvolvido seria acerca do impacto causado pela convergência às normas internacionais de contabilidade no mercado financeiro, por meio da análise dos preços das ações de empresas do Ibovespa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

AZEREDO, A. J.; SOUZA, M. A.; MACHADO, D. G. Desempenho econômico-financeiro de indústrias calçadistas brasileiras: uma análise do período de 2000 a 2006. **Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, v. 3, n. 6, p. 117 – 142, maio/ago. 2009.

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 12 de setembro de 2012.

BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, S. R.; LYRIO, M. V. L.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). **Revista Alcance - Eletrônica**, v.18, n. 2, p. 200-218, abr./jun. 2011.

BRAGA, R.; NOSSA, V.; MARQUES, J. A. V. C. Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, p. 51-64, jun. 2004.

BRAGA, J. P.; ARAUJO, M. B. V.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. **Análise do impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007**, UFSC, Florianópolis, v.8, nº15, p. 105-128, jan./jun. 2011. ISSN 1807-1821.

BRASIL. Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007. Altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2007/lei11638.htm>>. Acesso em: 8 abr.2013.

BRASIL. Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>>. Acesso em: 8 abr.2013.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. Análise do desempenho econômico-financeiro e da criação de sinergias em processos de fusão e aquisição do mercado brasileiro ocorrido entre

1995 e 1999. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 99-115, abril/jun. 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS– CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 13**: Adoção Inicial da Lei n. 11.638/07 e da Medida Provisória n. 449/08. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 06 de novembro de 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Instrução nº 457, de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc>>. Acesso em 04 de julho de 2012.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Impacto das Diferenças entre as Normas Contábeis Brasileiras e Americanas nos Indicadores de Desempenho de Empresas Brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review**, Vitória-ES, v. 6, nº. 2, p. 154-173, maio/ago. 2009. ISSN 1807-734X

MARIA JUNIOR, E.; LYRA, I. X. M.; SARLO NETO, A.; BORTOLON, P. M. A interferência do padrão IFRS nos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *In*: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12º, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, Ribeirão Preto, v. 4, n. 9, p. 30-54, maio/ago. 2010.

SANCHES, M. V. (Org). **Guia para as Demonstrações Contábeis**: 2007-2008. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2008.